

Movimento dos agricultores sem terra

A partir das experiências e constatações do Movimento Justiça e Terra, dos desapropriações por Itaipu, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) está com novo programa de trabalho. Sob a coordenação do secretário da CPT, pastor Werner Fuchs, e líderes surgidos entre os agricultores foi criado o Movimento de Agricultores sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO) com o objetivo inicial de unir os que não têm terra e estão sendo expulsos da área da influência de Itaipu, onde trabalhavam na condição de posseiros, arrendatários, empregados rurais e bóias-frias. São feitas viagens remediadas ao local, que ao menos mostra interesse em oferecer terra aos candidatos em várias regiões do país.

Com o tempo, os que são proprietários na área do reservatório de Itaipu seem com indenização, podendo adquirir outra propriedade. Os desapropriados de terra, entretanto, sem de mãos vazias. Tão logo criou o Movimento, porém, começaram inúmeras famílias de brasileiros que voltam desoladas do Paraná e ainda muitos agricultores sem terra de região, mesmo de fora da área de influência.

O time, que deveria ter seus próprios observadores, mostrou-se interessado nos levantamentos feitos pelo MASTRO e promete providenciar áreas para colocar os candidatos a um pedaço de terra.

O Movimento dos Agricultores sem Terra não se limita à reivindicação. Busca ao mesmo tempo conscientização dos agricultores sobre as causas dos problemas do campo. Nas reuniões estudam "a luta pela terra no Brasil", as formas de ocupação da terra no Brasil através da História e, principalmente, a sua estrutura fundiária dentro do modelo econômico e da colonização da paisagem.

Os agricultores ficam sabendo, por exemplo, que o primeiro Código Civil Brasileiro, datado de 1916, dizia que a ocupação da terra é feita pelo trabalho. "A terra é dada quem nela quer trabalhar" — lei que foi logo substituída, na prática, por outro princípio: "A terra é de quem tem dinheiro para comprar".

OS GRANDES MASSACRAMOS DO PECUÁRIO

Daqueles as maneiras de que se vale o poderoso para expulsar os trabalhadores a posse da terra", e citam como exemplo a colonização dirigida, em que o governo doa ou vende grandes áreas a preços baixos, mas quem se opõe dela não consegue, que in-

vadem a área sem querer saber se existem posseiros, dividem a terra em lotes e procuram vendê-los com altos lucros aos que têm dinheiro para comprar, ficando os fracos, mas uma vez, sem terra. "A ocupação pelo trabalho vale mesmo e só no papel" — costumam os agricultores. Outra forma criticada é a **grilagem**, usada pelos grandes para tirar da terra dos indios e dos mais fracos. Roubam para a simulação de terra, perseguindo e matando indios, posseiros e colonos que vivem em áreas invadidas pelo grande capital. Para ajudar ao "serviço", brasileiros são comprados por dinheiro para a tarefa de pistoleiros para "limpar a área". Identificam também a presença das **secundárias** e se definem como "a terra mais atual de os capitais se apropriam de pequenos lavradores da terra. O agricultor que não se interessa numa grande indústria, por exemplo, que não passa a produzir somente para ela, não tem para quem vender seu produto. A **pequena agricultura**, onde se inclui o comércio, os preços dos produtos, os impostos, etc., são considerados "medidas do governo que estão criando insegurança, enclaudramento, desestatização e descontentamento do pequeno agricultor. Deste apenas incentivo à monocultura em grandes propriedades (concentração de mão de obra, de capital, de terra, de tecnologia, etc.). Assim, o pequeno sente-se expulso e se transforma em mão de obra barata para as grandes fazendas e as indústrias na cidade". Criticam o **módulo rural mínimo** decretado pelo Inara. Na maioria das regiões do Sul o módulo mínimo é de 6 a 20 hectares. Uma área menor não pode ser escravizada. "É quem pode comprar de uma só vez 20 hectares?" — perguntam os agricultores. "Curiosamente" — acrescentam — "se existe o módulo mínimo, como prevê o Estatuto da Terra?". Por último, observam que o ensino não prepara os filhos dos agricultores para a profissão de agricultores. "O ensino é para angariar todos os jovens à busca de profissões na cidade".

Após suas observações críticas, os membros do MASTRO vêm explicando as consequências desses procedimentos.

"Aumentou nos últimos tempos a fome rural e o povo foi empurrado para os campos, morando em favelas, ou foi trabalhar como bóia-fria, nas lavouras dos grandes."

"A terra tornou-se terra dos grandes. Hoje, 60% das terras são do governo, 21% são dos le-

landários, 13% dos pequenos agricultores. Somente 5% das terras brasileiras têm agricultura. O governo não faz a terra produzir, os latifundiários fazem produzir apenas 17% de suas terras, e os pequenos proprietários apenas 10% de suas terras."

"A pequena propriedade a 300% mais produtiva de que a grande, isto é, um hectare de pequena propriedade produz, em média, tanto como 3 hectares de grande. Nas propriedades dos grandes trabalham um milhão de pessoas, nas propriedades dos pequenos trabalham 20 milhões de pessoas."

A partir dessa análise os agricultores ligados ao MASTRO propõem e discutem a necessidade urgente de uma reforma agrária "total, completa, imediata" mas que "só será feita com a participação dos trabalhadores rurais, que são os primeiros interessados".

O movimento sindical — dizem líderes do MASTRO — "deve estar com estes novos latifundiários, diferenciados em grandes fazendas, devolvendo ao governo as terras que receberam. Essas terras devem ser distribuídas aos trabalhadores rurais", acrescentando que "o movimento sindical deve organizar as bases (o povo sem terra) para que ocupem as terras mal exploradas, sem fixando residência e tornando as produtivas".

A idéia do MASTRO

Aum primeiro objetivo do trabalho, o Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná procura traçar o sentido desta nova luta proposta pelo CPT e as composições:

— grande a necessidade de terra para aqueles que não quem em trabalhar. Em toda parte surgem conflitos e lutas pela terra. Quando o Movimento Justiça e Terra realizou os primeiros trabalhos para regularizar terras em Aracati, surgiram tantos candidatos de fora da região de Itaipu que os índices não sabiam como atender a todos. E os pedidos de prioridade de fora da região também que lentamente a metade das terras ficou sem terra. — seria um tabuleiro do MASTRO.

Vendo que havia terra para quem querendo terra no Oeste do Paraná, surgiu a idéia, numa reunião de agricultores em Medianeira, de organizar um movimento próprio para reivindicar e ocupar a terra perante o governo e o Inara. Ficou claro que deveria ser terra em nossa região, porque do Mato Grosso e de Rondônia há muita gente voltando. E precisava ser uma organização — tão forte como a necessidade de terra. Por isso propôs ser conduzido por todos os participantes, respeitando-se a opinião de todos.

Para seu funcionamento, foram estabelecidas algumas modalidades básicas:

Participação — Cada participante deverá pertencer a um grupo e participar regularmente das reuniões. Não admitiremos uma pessoa "dar o nome", ficar em casa e só ir quando receber um pedaço de terra. E a terra com um que joga a comédia, deixa os outros cuidar da roça, dos venenos e da colheita, e depois aparece para repartir o lucro.

Cadastro — Os grupos deverão reunir-se, de preferência, duas vezes por mês. Somente depois de realizadas algumas reuniões, será feita uma lista de cada participante, onde vai constar qual é a sua necessidade de terra. Os grupos reunidos vão estudar o material distribuído para ficar bem firmes e seguros por quê, como e onde comprar terra.

Comissão — Cada grupo terá uma comissão representativa (local) para manter as reuniões, orientar quem precisa que se torne "ciente" e depois juntar os líderes do grupo e enviá-los ao centro de coordenação do MASTRO. Cada vez que aparecer um grupo que tenha o interesse de se juntar a comissão.

O centro — O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Içuaçu debruça-se a servir ao centro de organização. Alí serve centro para todas as atividades dos grupos a partir de onde será remetido novo material, fichas de inscrição e também um ponto com notícias do MASTRO. O endereço do Sindicato é: Caixa Postal 93 — São Miguel do Içuaçu - PR. Fone: (043) 68-1345.

"Caixinha" — Dendi, de Medianeira, agricultor sem terra, aceita o cargo de tesoureiro provisório. Por enquanto o MASTRO não tem dinheiro, mas vai precisar. E com os grupos pensando numa "caixinha" para cobrir as despesas da comissão.

Encaminhamento — Toda a encaminhamento do MASTRO, isto é a realização de uma assembleia de todos, e a remissão de documentos de autorizados, oculto que áreas que queremos, etc., será decidido numa reunião das comissões representativas.

Reflexão para o dia do agricultor

Comemorou-se no dia 25 último o Dia do Agricultor. Nosso Tempo, jornal sempre vivamente empenhado nos problemas do campo, oferece a seus leitores a meditação escrita pelo pastor Werner Fuchs para o n° 16 do boletim "Poeira", da CPT, e para seu programa radiofônico "Cristo Vive". Fuchs fala do sítio de sua condição de líder máximo dos agricultores do Oeste do Paraná.

É o seguinte: "Fico feliz ao poder recordar a dia 25 de julho como uma data em que se festeja as lutas e as vitórias do agricultor, do imigrante e migrante colono. É que a grande maioria dos colonos, imigrantes e migrantes não colonos como dia do homem aventureiro, pioneiro, caçador, explorador, — isso foram os bandeirantes, — Arbas descaçam a memória do imigrante sem terra, exilado ou veneno de sua terra natal, a procura de um chão para trabalhar, sua é construir uma pátria nova para os filhos. Portanto, este dia nos obriga a olhar para o

passado e aprender pelo. Por outro lado desta para comemoramos com a situação presente, que já vem carregada das consequências de um futuro incerto. E é então que fica confuso e triste."

Diante de um futuro de máquinas, não sei se devo alegrar as besteiras e o progresso trazido pela técnica ou se deveria denunciar a mecanização como responsável pelo enclaudramento do agricultor no futuro, e pela destruição das... e da natureza em geral.

Diante de um discurso de um representante do Governo, não sei se vou me deixar impressionar com números e porcentagens de crescimento na produção agropecuária, ou se vou começar a desmascarar algumas palavras como por exemplo, Produtor. Quem produz é a terra, o homem apenas trabalha nela ou explora o mão de obra de outra. E a tão falada prioridade à agricultura está sendo desmascarada por si mesma, a medida em que vai sendo transformada em simples comércio de agrônômicas, na maioria multinacionais.

Diante de política de preços mínimos ao produtor, lembro que o produtor gasta 90,00 por criar e vende a 35,00, recebendo 45 dias mais tarde, enquanto o consumidor paga 400,00 cruzeiros a vista pelo leite de lambinho. E não mais confuso ao vejo a execução nas estradas dispendendo à força dos animais uma revolução justa e pacífica desta agricultura.

Diante da situação precária de saúde no campo, descubro espantado que o Ministério da Saúde e Previdência já tem pronto o projeto de um novo FUN-RURAL, que vai arredar do agricultor 3 a 5 vezes mais, em troca de apenas algumas melhorias no atendimento.

Quando para a vida de terras em mão de poucos, lembro que por quase dois séculos o Sul do Brasil recebeu aqueles que queriam trabalhar nela, mas hoje, desde uma década, está expulsando o homem pequeno para as "novas áreas de colonização", para o Paraná e a Buzina, onde em breve se irá engolir novamente pelo fazendeiro. Fico calculando em quanto anos voltando ao Sul, para comprar lotamentos de latifúndios nas mesmas regiões que antes trabalharam. Ou será que simplesmente vão invadir, colocando o Inara e o Governo diante de fatos consumados?

Diante do que nos pedem de anos passados, quando se viviam dificuldades por meio de mundos unido e solidariedade, comparei hoje a ação dos Sindicatos. Foram anisteados pelos militares após 1964, por recusa dos líderes do capital e essa difícil de fazerão desistir para lutar consequências e flui... bases populares. E as ocupações, criadas com tanto apoio, contudo vão ficando com os lobos do capitalismo...

Paciência, amigo... a sol da justiça de Deus está acima de todas essas contendações, problemas, incertezas, tentativas frustradas e vitórias parciais."

T S E M P O
C O L O R E S T

Laboratório Fotográfico Revelações a cores

Em Foz: Rua Xavier da Silva, 774 fone: 73-2842
Cascavel: R. Carlos Gomes, 396

FUNERÁRIA BOM JESUS

A única que não tem convenio obrigatório, com concretos e necessários. Venda a prazo e transporte para qualquer cidade.

R. Almirante Barmes, 851 - Fone: 74-2807

Manifestação em Cascavel

Sem Terra repudiam políticos e queimam pelego em praça pública



A assembleia dos sem terra reuniu três mil pessoas

Se até o dia 20 de setembro o governo não atender às reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra, a começar pela concretização do plano nacional de reforma agrária, estes se verão obrigados "a tomar outras medidas", eufemismo que esconde a intenção de invadir latifúndios improdutivos.

Esta é a principal advertência de um documento entregue às autoridades presentes em Cascavel no último sábado (31 de agosto), por ocasião de mais uma assembleia de agricultores sem terra organizada pelo Mastro e pelo movimento municipal da classe, que reuniu cerca de três mil pessoas, representando duas dezenas de municípios do Oeste.

O documento de 19 itens, discutido por 12 mil agricultores em reuniões de base, preconiza a distribuição de terra "para quem nela vive e trabalha", reivindica uma ampla reformulação da política agrícola, quer a desapropriação de todas as áreas devolutas, ociosas e improdutivas bem como de todas as propriedades acima de quinhentos hectares, e exige a punição "de todos os culpados pela violência no campo", além da montagem de "um esquema de desarmamento dos fazendeiros e seus respectivos jagunços".

Também a forma de execução da reforma agrária é delineada no documento: a área média por família deve ser de 8 a 10 alqueires, conforme o número de dependentes; o assentamento deve ocorrer no próprio Estado e, sempre que possível, no Município em que reside o agricultor; os sem terra não querem áreas de graça; pretendem pagar por elas, após um prazo de carência de 4 a 5 anos, em parcelas fixas anuais, sem juros e sem correção. E mais: "Não queremos o título da terra, mas sim a concessão de uso, como forma de garantia de permanência na terra. Queremos que essa concessão nos dê direito de deixar essa terra como herança para nossos filhos. Não queremos terra para negócios, mas sim para

trabalhar", diz o documento.

Em resposta à principal colocação feita pelos sem-terra, o representante do Inca presente à assembleia, Guilherme Müller, garantiu em nome da presidência do órgão que "é exatamente isto que nós pedimos aos senhores: um prazo de 20 dias para que possam começar a realizar a reforma agrária em todo o País".

"A mensagem que trago do dr. José Gomes, presidente do Inca — acrescentou Müller —, é de que a reforma agrária será feita para vocês, por vocês e onde vocês estiverem. Esta é a proposta governamental que neste momento se encontra em fase final de decisão e aprovação pelo presidente da República. Mas isso não significa que o Inca não esteja trabalhando. Se ele tiver condições de desapropriar áreas e assentar colonos antes do dia 20 de setembro, vai fazê-lo. Subretudo aqui no Paraná, se as áreas já estiverem localizadas e o governador nos encaminhar a relação logo".

"REFORMA AGRÁRIA JÁ"

Programada para as 9h de sábado, a assembleia começou uma hora mais tarde. O número de participantes ficou muito abaixo do previsto porque, segundo a comissão organizadora, os agricultores encontraram dificuldades de locomoção. "Poucas prefeituras se dispuseram a ceder ônibus".

Mesmo assim, 3 mil pessoas de 20 municípios oesteiros, além de representantes de 18 entidades, se fizeram presentes. Faixas pedindo a reforma agrária já, bandeira do PT e do PC do B enfeitavam o estacionamento de frente à Catedral Nossa Senhora Aparecida, onde se realizou a manifestação. Dezenas de lideranças de sem terra da região fizeram pronunciamentos, cobrando dos governos estadual e federal uma solução para o problema fundiário, notadamente no Oeste. Falaram também o ex-secretário Claus Germer, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, o presidente do ITCF, José Benifácio Cabral, e o secretário interino da Agricul-

ture, Francisco Albuquerque. Ao representante do Inca, Guilherme Müller, os sem terra fizeram a entrega do documento em que expõem suas reivindicações básicas e estipulam o prazo de 30 de setembro para vê-las atendidas.

Houve críticas contundentes, por parte de lideranças do Mastro, ao comportamento dúbio da classe política, notadamente a de Cascavel, como relação à reforma agrária. "Demagogos", "caçadores de votos", "representantes do latifúndio" foram alguns adjetivos lançados ao ar durante a assembleia.

Os únicos políticos a quem se repassou o microfone foram a vereadora Marilise da Cruz (presidente da ACAMOP) e o deputado José Fonseca. Os demais, que transitavam pelo palanque, permaneceram na "geladeira".

Os discursos do último sábado vieram carregados de uma contundência muito maior do que os da recente Romaria da Terra, em Guaíba. A questão da Fazenda Brilhante foi mais uma vez denunciada, tanto que o representante do Inca, em conversa com repórteres, informou que o problema poderá ser reexaminado. "pois de acordo com informações que nos foram aqui colocadas, estaria se configurando nesse caso uma situação jurídica esdrúxula".

A manifestação terminou por volta das 16h, quando um boneco de pano — representando o peleguismo — foi queimado em praça pública.

"QUEIMA, QUEIMA!"

Foi uma cena e tanto. Diante de trabalhadores sem terra de toda a região, o boneco-pelego foi içado com uma vara diante do palanque, enquanto o animador berrava ao microfone:

— E o sindicato dos pelegos?
— Queimaaaal, respondia a multidão.
— E os latifundiários?
— Queimaaaal!
— E os políticos corruptos?
— Queimaaaal!

Também foram "queimados" publicamente pelo mero, uma



O boneco foi queimado ao final da assembleia

- dezena de políticos:
- E o vereador Cláudio Cavalcanti?
 - Quimaaaal, vociferava o povo.
 - E o deputado Mário Pereira?
 - Queimaaaal
 - E o Celso Demoliner?
 - Queimaaaal
 - E o Jayme Canet?
 - Queimaaaal
 - E o prefeito?
 - Queimaaaal

Aquela altura, pouca coisa restava do boneco-pelego. As chamas já haviam-lhe consumido as botas, a calça e avançavam pelo tórax de palha rumo à cabeça.

Dentre os políticos "queimados" à aquela altura não havia mais nenhum ali. Já eram 18h e a multidão, feliz da vida com a cena de exorcismo, começou a se dispersar. Terminava mais uma assembleia dos sem-terra.



Os sem terra: descontentes com o comportamento de classe política



Mestras sócias-fãs



União e luta pela reforma agrária: agricultores sem terra na IV Assembleia do Mestre.



Eles esperam por justiça. Querem terra

Tensão na área rural Coagidos pela fome, agricultores sem terra ocupam latifúndios e pedem reforma agrária

No dia 30, a Igreja Matriz de Medianeira serviu de tribuna para mais de dois mil trabalhadores sem terras, que pela quarta vez se reuniram para comemorar a publicação do Estatuto da Terra e sua aplicação. A assembleia foi organizada pelo MASTRO (Movimento de Agricultores sem terra do Oeste do Paraná) e teve o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, do CPT e da Pastoral Operária.

Desde as oito horas da manhã pequenos proprietários e boiadeiros, acompanhados das famílias foram chegando para assistir o culto ecumênico que deu abertura aos trabalhos. A liturgia foi preparada especialmente para o dia e se iniciou com um canto contendo social, falan-

do da luta travada pelo agricultor e o sonho de ter terra para plantar. Os trabalhos religiosos foram dirigidos pelo padre Tomás e pelo pastor Otto.

A assembleia do Mestre serviu como amostra do nível de tensão social no meio rural, principalmente da região Oeste. Paisanos da Fazenda Ancist, da Fazenda Padroeira e do Cavernoso saíram das áreas ocupadas para transmitir suas experiências e somar forças com outros descendidos do failed modelo econômico brasileiro. O objetivo de todos passou a ser um só: terra para quem nela quer trabalhar.

Jandir Basso, membro da Comissão Central do Mestre, lembrou que "há 19 anos que foi criado o Estatuto da Terra e até hoje não chegou a ser aplica-

do. Nossa reivindicação é pela pura e simples ocupação da lei.

A luta do Mestre é pela reforma agrária e pelo cancelamento da lei.

Mas nosso trabalho a nível de base tem sido o de organização dos trabalhadores sem terra e sua conscientização. Esta IV Assembleia é mais um passo no caminho da conquista de seus objetivos pelos que trabalham na agricultura e não possuem nenhum pedaço de terra. Esperamos que a vinda de secretários de Estado hoje seja realmente produtiva. Eles disseram na campanha eleitoral que iam trabalhar pelo bem do povo. Nós acreditamos nas intenções do governo do Estado e hoje nosso destino está nas mãos deles.



Darci Apic: "O Mestre busca uma solução pacífica para a situação social"

Fazenda Padroeira sangue na luta pela terra

A fazenda Padroeira já deu muito a que falar. Situada em Medianeira, e há muito tempo é ocupada por agricultores que antes tinham contrato de arrendamento com os proprietários. Problemas familiares dos proprietários levaram a origem do conflito com os parcelários: tentaram tirá-los e nos reagiram e conseguiram a intervenção do governo do Estado e do ITCR.

550 duzentas famílias na área esperando uma solução para o problema. Esta semana deve sair o parecer do ITCR e a expectativa não é muito boa. A proprietária anteriormente quis fazer negócio com 400 alqueires: "Acostuma que isto não reflete nada, hoje minha luta vai além deste 400 e mesmo dos 800 alqueires que estão aí em baixo. Queremos a desapropriação de toda a área em litígio. Nossa luta é pela desapropriação para um projeto de reforma agrária. Os 400 alqueires são uma medida paliativa, que não resolve nada", diz o pastor Otto Heller, um dos mais ativos participantes do luta por paz e justiça.

Hoje o Mestre, os sindicatos de trabalhadores rurais e o ITCR estão impediendo uma solução do conflito. São quatro mil alqueires a uma história nebulosa e sangrenta. Quando as famílias contratadas decidiram questionar o domínio legítimo, descobriram que o latifúndio havia sido desapropriado por parte do governo federal (federal). São que-

Conviva com ArCondicionado

Conviver com as quatro estações no mesmo dia, num país tropical como o nosso, é perfeita e absolutamente normal.

Conviver com a fumaça, a poeira, o brechão, o assédio dos vendedores ambulantes e, às vezes, de gente não muito bem intencionada, também faz parte do nosso dia a dia.

Agora, conviver com um Ar Condicionado Springer no carro é outra coisa. E ter um clima que, mais que frio e calor, é também segurança e tranquilidade.

Passa a conviver com um Ar Condicionado Springer, o único que tem um modelo para cada tipo e marca de carro. E que tem longa duração, fácil instalação, funcionamento perfeito e economia absoluta.



O clima é outro.

USE OS TELEFONES DO CONFORTO:
OU ENTÃO VENHA ATÉ NOSSA LOJA:

(0455) 72-1744 ou 74-3339.
Rua Ignácio Sotto Mayor, 494
Vila Iolanda - Foz de Iguaçu -

ATENDEMOS TAMBÉM POR ATACADO A TODA REGIÃO

este órgão acabou titulando a área em favor dos antigos proprietários. Ocaso aí a origem do conflito.

Na luta pela conquista da terra as 200 famílias já passaram por muitos momentos, inclusive ameaças de queima de ranchos. Aliás, a história das Fazendas Reunidas Padroeira do Brasil não é nada pacífica. Em 1974 muitos posseiros tombaram na luta pela conquista da terra. Houve intervenção do governo mas este entregou a terra aos causadores do conflito, ou seja, os que dizem proprietários.

As perspectivas hoje são bem melhores. Os principais fatores que levam os ocupantes a acreditar numa solução favorável para o conflito são:

1) - O nível de organização

das trabalhadoras em terra do Oeste.

2) - O nível de conscientização das famílias ocupantes da terra.

3) - A conquista da solidariedade existente através das igrejas, sindicatos e outras entidades.

4) - O interesse manifestado por altos escalões do governo estadual.

5) - A desagregação da família latifundiária, inclusive inexistência para fazer a terra produzir.

Pedro Mindil e Gádis Duarte já estão lançando negociações com os ocupantes, procurando uma solução. Entretanto são os filhos do primeiro os responsáveis pelo drama das 200 famílias. Eles não abrem mão do privilégio das terras e pretendem lutar para mantê-las sob seu domínio.



Terra em vilão junto desta casa.

**Lembre-se:
Trento
é economia**

Trento
SUPERMERCADO - LULA - CASCAVEL



ONDE VOCÊ
ENCONTRA
DE TUDO

PHONE: 23-2065 -
CASCAVEL - PR.

Jóias Marko

Criações e Artes



Jóias sob encomenda
Fone: 23-2749

Rua 7 de Setembro, 1638
Bairro - Sala 1
CASCAVEL

Mastro: um canal para a solução dos conflitos

Dirci Apio é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira e dirigente do Mastro. Ele considera o Movimento dos Agricultores em Terra do Oeste uma força social que é hoje respeitada e reconhecida por todos os setores do governo. "Nosso trabalho é de conscientização e organização. Os problemas são colocados nas reuniões e a Comissão Central encaminha as soluções junto às autoridades", afirma Dirici.

O Mastro surgiu há pouco mais de três anos e se espalhou pelas fazendas, pescados e peri-

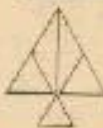
ferias como óleo dentro d'água. No início os dirigentes iam junto a massa colocar os objetivos do movimento e acompanhar a organização dos grupos. Nesse fase chegaram a ter mais de 60 grupos organizados. Com o tempo a Comissão Central perdeu o controle e os grupos começaram a surgir espontaneamente. De repente chega alguém na sede do Sindicato e avisa que um novo grupo foi criado em tal comunidade. A avaliação do movimento as perspectivas são feitas nos reuniões periódicas que são realizadas uma vez por mês, e

nas extraordinárias quando necessário. Os novos grupos são checados pelos dirigentes que passam a dar uma assistência mais concreta a nível de conscientização dos direitos adquiridos pelo trabalhador rural.

Grças ao trabalho do Mastro o governo do Estado passou a atuar efetivamente junto as famílias que hoje ocupam áreas em conflito. E a perspectiva é de novos reassentamentos para breve. Uma área de 800 ha. de terras está para ser transformada num projeto fundiário pelo governo do Estado. Os participantes do Mastro ainda está semens vão visitar esta área e ver como ela é.

Devido ao grande número de famílias que estão a espera de uma oportunidade o Mastro propõe delimitar um rígido critério para a ocupação, de acordo com a necessidade de cada família.

YVES CONSENTINO CORDEIRO
ABOVADO



CNS 4.612 Rua Souza Neves, 442 - Caxi, 9381
Fone: 23-2640 - Cascavel - Pr.

MAQUIMÓVEIS

EQUIPAMENTOS
PARA
ESCRITÓRIO

- Máquinas de escrever
- Serras
- Calculadoras
- Máquinas de calcular
- Máquinas registradoras
- Copiadoras
- Enxergas
- Fichários
- Aparelhos de som
- Rádio-foneo portátil

Avenida Marquês, 505 - Fone: 94-1077 -
Município Curitiba - Paraná

**EMBALAGENS
NOVO MUNDO**

Repres. e Com. de Sacos de Papel e Plástico,
Redes para Frutas, Bozinas de Papel e Plástico.

Distribuidora das Máquinas de Soldar
"EVEREST"

Rua Rio Grande do Sul, 502 - Fone: 23-3323
CASCAVEL - PARANÁ

A ocupação da Fazenda Cavernoso

São 181 alqueires situados no Município de Guaiçabras. Foram localizados pelo pessoal Mastro que nos últimos anos tem se dedicado também a um trabalho de levantamento dos latifúndios improdutivo do Estado.

É uma terra dobrada, não produz nada para certos cultivos. Mas por esta sub-júdice a Fazenda Cavernoso ofereceu todas as condições para uma ocupação sem maiores problemas. A fazenda tinha servido como base de operações de um grupo de contrabandistas de drogas. Indústrias contava com uma pista de pouso para o avião que transportava a "mambua". Os contrabandistas caíram e a fazenda ficou a disposição do Poder Judiciário.

Quando o pessoal do Mastro soube dessas coisas viu que aquela era a oportunidade que esperavam há tanto tempo. O problema foi colocado para os vários grupos que já estavam organizados. Em várias reuniões a questão foi debatida e refletida, até que foram escolhidas as famílias que participariam da ocupação.

Tinta e cinco famílias se deslocaram para a Fazenda Cavernoso. Saíram de Foz de Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Medianeira e Marafedra. João Antônio da Oliveira saiu do Porto Mera, ele morava numa casa alugada no Jardim das Flores. Antes trabalhava numa fazenda, saiu e foi trabalhar no

obra de Itaipu. Com a crise e término da obra ficou desempregado.

"Tínhamos que fazer uma saída. Roubar não dava. Eu frequentava a igreja do Porto Mera e numa reunião a questão da Fazenda Cavernoso foi colocada pelo pessoal do Mastro. Treze interessados com terra, considero do Profurub, Jardim das Flores e Curu Verde, se apresentaram para conquistar um pedacinho de terra para trabalhar e manter a família. Eu fui escolhido como líder e levei umas oitentas famílias para ver a terra. Na volta fizemos uma nova reunião e somente cinco famílias decidiram ir para ficar. Anotaram todo o caminho oito famílias. Antes da gente sair fizemos uma coleta de dinheiro. Tive todo mundo duro, mas com a ajuda do pessoal conseguimos alguns reais. O Centro Social Urbano contribuía com 15 mil cruzeiros. Conseguimos uma Kombi no Catemil e fui de casa em casa pedindo o pessoal. Mudança ninguém tinha, só algumas colônias e algumas ferramentas de trabalho. Fomos então para Medianeira e ali nos juntamos com os outros".

A ocupação da Fazenda Cavernoso se deu de forma pacífica. As trinta e cinco famílias chegaram com seus trapos e ferramentas e já de cara levantaram os ranchos. Era a volta para o



Agricultores da Fazenda Cavernoso. Eles voltaram à terra deixada para eles do proprietário.

Limpo para a terra, daqueles que saíram forçados e haviam migrado para a cidade. Para aquelas famílias havia terminado a aventura urbana. "Quem já andou de bicicleta nunca mais esquece", disse um dos ocupantes. E de fato pegou na bike e enfiou-a como andar de bicicleta para aqueles agricultores natos. José Jairo dos Santos, por exemplo, trabalha em Hotel e na obra de Hidrelétrica do Itaipu. Ele foi para a Cavernosa sem ferramentas, emprestou dos vizinhos e fez sua roça. Hoje já tem foice e enxada doados pelo Mestre.

Tês meses depois da ocupação, a terra já está produzindo. Tem feijão, milho, soja e verduras plantadas. "Deixar tudo que já fazemos lá e largar nas mãos de uma só pessoa não dá. Vamos lutar por esta terra e não vamos sair nem arrastados. Não precisamos da terra e é dela que vamos viver", diz José.

DEPOIMENTOS



ALBINO DOMMA
Bóia-fria

"Trabalhar de bóia-fria não dá mais. É sofrido. Um dia trabalhando aqui, outro do ali. De repente não tem mais serviço. Muitas vezes tenho que andar até 20 quilômetros atrás de serviços, se não de noite não tenho o que comer. Todo dia levanto às 4h30 min, outras vezes às 5h pra pegar o caminhão. Cinco dolls mil propéris de diária e minha mulher 1.500 cruzeiros. Descartam quinhentos de lance.

"Acredito que vai haver reforma agrária. Não sei bem o que é, mas soube que cada um vai ter seu pedacinho de terra. Por isto vou no MASTRO. Por não ter não vou. É friz.

SEBASTIÃO FERREIRA

Bóia-fria — Fazenda Guãnebara IS. M. do Iguaçu?

"Eu morei na fazenda, mas não toco posse nem tenho compromisso com o patrão que é bom. Trabalho de bóia-fria por aí ou ganho dolls mil cruzeiros por dia toda vez em que há serviço. Não sei bem o que é a reforma agrária, mas deve ser coisa boa, pois vai ajudar todos nós. Eu quero um pedacinho de terra para tocar e manter a família".

ANTÔNIO RIBEIRO

Bóia-fria

"Eu vim de Teresita Paulista, já tive terra própria. Hoje não tenho nem um lote para morar, não faz muito tempo cheguei e ter dolls milhares e meio em Matelândia, mas vendi por causa de doença na família. Perdi a filha agora estou criando os filhos dali. Preciso de um pedaço de terra para tirar o diá-vor.

Não fiquem até hoje a reforma agrária porque entre uns pra torcebr pelo povo e eles tiram o pé da terra que não presta.



Sem terra e casa onde morar. Agora ameaçados de serem jogados na estrada

Bóias-frias ocupam prédio abandonado.

Cinco famílias, com vinte e cinco crianças, estão morando nos escombros do que seria um hospital em Matelândia. 550 bóias-frias que não têm onde morar. Ocuparam o hospital há mais de dois anos e agora estão ame-

açados de serem despejados.

Algumas dessas famílias já foram avisadas para o loteamento conhecido por Panorama. As restantes já foram avisadas para serem levadas para a BR-277. Falta-se inclusive que a Polícia va-



lerar alguma para Foz do Iguaçu outros para Cascavel.

O prédio semi-abandado pertence ao médico Luiz Koyima, que não pôde construí-lo e está vendendo-o para a Prefeitura. O objetivo inicial era construir um hospital. A Prefeitura evidentemente deseja o prédio vazio e sem ocupantes, e por isto o médico entrou com um pedido de reintegração de posse.

Esperando a qualquer hora serem despejados as famílias de bóias-frias apelam ao dia 30 pedindo ajuda do governo estadual. Tiveram contatos com Antonio Bonfim, secretário de Assuntos Comunitários e Nelson Friedrich, secretário do Interior. Estes se mostraram interessados pelo problema e prometeram uma solução viável. Os ocupantes pedem lotes e modelara para construir ranchos.



Mãe de cinco e cinco crianças ameaçados de serem para a rua

duas mil famílias esperam por justiça

São 3.600 hectares situados no Sudoeste do Paraná, até pouco tempo completamente improdutivos. Num regime de minifúndios, o latifúndio Amorim sempre representou uma atração para milhares de miseráveis que desde sua origem no Rio Grande do Sul se tornaram migrantes por profissão. Em 31 de março de 1980 o latifúndio foi desapropriado pelo Inra e todos entenderam que tal medida daria-se para fins de reforma agrária e reassentamento. Mas terra a fazer não ficou que não era para este fim, mas sim para regularização dos títulos, foi então que

duas mil pessoas que aguardam com unhas e dentes ao Único meio de sobrevivência que tinham no momento.

Luiz dos Santos e Cipriano Garcia da Costa representaram os residentes a Fazenda Amorim na IV Assembleia do Mestre. Falaram da experiência e em que pé andavam as negociações com o Inra.

"Já temos alguns coltos plantados. Com a ajuda da Acupre fazemos quatro horas comunitárias e um açude também comunitário. O governo federal e o Inra são nossos opressores. Vem

os colonos feitos pelo Inra são desonestos. Querem nos despejar porque conseguiram o registro da área como empresa rural. Não dá para entender pois em 1980 eles tentaram este registro e não conseguiram. Nós achamos até que esse cadastro é friz.

"Hoje nós estamos sobrevivendo graças a ajuda das entidades e da Secretaria de Assuntos Comunitários. De aqui nós não vamos sair mais. Antes tomamos decisão de uma proposta amigável feita pelo Inra e que esperamos a terra. Tivemos que voltar

DEPOIMENTOS II

ALBINO PEREIRA

Bóia-fria

"Eu já ando pelos sessenta e tantos anos, e não tenho terra. Não fizil tem que haver uma reforma agrária justa. Mas não para funcionar, levar o dinheiro e não trabalhar. Eu espero pela reforma agrária há 23 anos. O Inra entrou aqui no Interior do Paraná e fez cadastro de todos que queriam terra. Depois vieram uns caras com estralhas nos ombros e disseram que o meu cadastro só servia para limpar a terra.

"Todo pedacinho de terra que comprei em todos estes anos que estou aqui aqui. Paraná os jequeiros me tomaram. Quero voltar para o tempo com as minhas filhas e por isto estou aqui no Mestre pois é com unido o luta que chagaremos lá".



MANOEL FERREIRA DE SOUZA
Bóia-fria

"Morei entre Matelândia e Vera Cruz do Oeste, tenho sete filhas e trabalho de bóia-fria. Antes eu tinha terra a vendi. A terra era pouca e eu não podia trabalhar nela, pois não dava pra manter a família. A terra era muito ruim. Agora estou tocando cinco alqueires na base dos 26 por cento. O patrão é bom, não me aborrece, mas quero ter minha terra. Se Deus quiser e a reforma agrária vier, vou ter minha terra. Estou arrependido de ter vendido a terrinha que tinha.

"Não sei o que é a reforma agrária, mas pelo que eu entendo é um desato de Getúlio Vargas. Aliás depois de Getúlio só temos isto e peste.

ALMEIDA AUTOMÓVEIS



AVISA

CLIENTES E AMIGOS QUE

JÁ ESTÁ ATENDENDO

EM SEU NOVO ENDEREÇO:

AV. J.K. FREITE À ASUPEL - FOZ

Mastes: alerta no Sudoeste



Representantes do Mastes tentam a convencer a dramática situação no Sudoeste.

Otávio Felix Wiepelt representou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste na assembleia realizada dia 30 em Medianeira. Juntamente com Adalmo Eichler ele acompanhou os pastores da Fazenda Annoni. Adalmo é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e Otávio, além do Mastes, participa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caprearia e da Associação.

O Mastes foi criado no ano passado e se inspirou em seu colega do Oeste. Hoje milhares de agricultores sem terra estão cadastrados no movimento e lutam pela reforma agrária.

O Mastes em várias oportunidades tem se manifestado solidário com os ocupantes da Fazenda Annoni, situada em Marreleiro. Hoje há uma grande expectativa quanto ao parecer do Conselho de Magistratura do Paraná, que a pedido do juiz da 2ª Vara Cível de Francisco Beltrão deverá decidir sobre o despejo das 433 famílias imas de suas mil passadas de colheita sem terra, que desde setembro ocupam a fazenda.

Um manifesto alertando quanto a difícil situação que está sendo criada no Sudoeste foi divulgado pelo Mastes durante a assembleia de Medianeira. Eis o documento:

"Em 1990, o INCRA havia dado parecer favorável à desapropriação da Fazenda Annoni, por não considerá-la empresa Rural. Por isso a terra, os Annoni haviam vendido a um grupo de famílias, mas não cumpriram as determinações contratuais, pois lhes negou as escrituras no nome do último parcelamento. Os Annoni recorreram à justiça do INCRA e o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos mesmos, por considerá-la a sua propriedade uma Empresa Rural. Sabemos que o Estatuto da Terra determina que não seja desapropriada a propriedade rural que tiver sido cadastrada como Empresa Rural.

"A medida do Tribunal Federal de Recursos revela, mais uma vez, não ter o Governo Federal uma intenção séria de fazer a Reforma Agrária sobre áreas improdutivas. O que uma propriedade rural deve apresentar para ser cadastrada como Empresa Rural? Cabe uma palavra mais clara à opinião pública por parte dos órgãos competentes. Não há dúvida que o ato do Tribunal Federal de Recursos revela que o Estatuto da Terra existe para não ser cumprido, quando se trata de medidas que podem favorecer os trabalhadores rurais sem terra. Por outro lado, amedida passa o INCRA em movimento. Afinal, seus argumentos e provas de que a terra

não ofereça as características da Empresa Rural, não convencem. Na que se basear para que uma propriedade seja desapropriada para fins de Reforma Agrária? — Terra improdutiva a quase toda a área da fazenda. Conflitos existem já antes de escrituras sem-terra tentarem ocupá-la pela primeira vez, em 1990, pois os Annoni firmaram contrato de compra e venda com os moradores da Gruta e na hora de passar as escrituras, se recusaram a fazer, deixando de cumprir a sua parte de compromisso. E agendado veio nem os argumentos de que não é uma Empresa Rural. Assim o Tribunal Federal de Recursos ajuda os grandes a fugir dos rigores da lei.

"Denunciamos a primeira medida de despejo requerida

pelo INCRA. Denunciamos esta segunda medida de despejo requerida pelo INCRA para devolver a terra. Denunciamos todas estas medidas que estão sendo tomadas contra os ocupantes da Fazenda Annoni. Para eles, não há medidas de solução definitiva de seus problemas. Denunciamos o sistema existente no Brasil que garante os privilégios se tornarem sempre mais fortes, mesmo que para isto seja necessário anular municípios, estados e o país todo. Um sistema que aponta, aos menos favorecidos, as favelas das cidades, a humilhação de passarem por vagabundos e marginais. Como fica a posição daqueles que chamaram os ocupantes de vagabundos, marginais, diante do fato de hoje este grupo já ter plantado 600 sacas de milho, 300 sacas de feijão, 80 sacas de arroz e outras coisas mais???

No Brasil, existe a lei que se firma na força do dinheiro. No Brasil, não existe a lei que se firma na força da necessidade.

"A nossa luta pela Reforma Agrária, não para aqui. Semelhantes golpes contra nós servem para mostrar o quanto de mentirinhas estão nos pilares e nos gostos do Governo Federal. Onde está a vontade nos gestos e palavras do MEAF e do INCRA que no caso da Fazenda Annoni a desapropriação maior que apareceu foi caracterizar, perante a opinião pública, os ocupantes como vagabundos de má conduta. Tem-se feito muito entre as ben-devidas de nossa região para que o melhor pensamento sobre os ocupantes se sustentasse. O INCRA tem feito muito para memorializar o nosso movimento e para cumprir a função própria dos órgãos de segurança no esforço contínuo.

"Vocês pais, mães, jovens, crianças, pensem um pouco nisso. Vocês que nos acompanharam nesta caminhada dolorosa e procuraram seu apoio. A vocês que nos criticaram e criticam. O que significa o NATAL para vocês? O que significa o NATAL para os ocupantes? Vocês que estão lá

Esses ocupantes têm pela frente não a perspectiva de um início de nova vida. As famílias que plantaram na Fazenda Annoni o motivo da alegria de viver o Natal por muitos dias a partir do colheita. Com o despejo que está para acontecer, onde vai estar esta esperança? Como pregar um Feliz Natal para esta família do povo, para estes nossos semelhantes? Vocês ajudou para eles terem um Natal desafiando? Ou será foi das pessoas que lutou contra o medo para que o Natal se concretizasse para eles também? Quem vai acolher o menino, José e Maria? Não



LEÔNCIO NORBERTO FERREIRA
Boia-fria

"Não tenha terra nem para plantar um pé de coube. Antes eu tinha um pedacinho em Pato Branco, mas chegaram os japoneses e queimaram meu rancho. Tenho 62 anos e há vinte e três anos pelo tal de reforma agrária. Não falei quando os japoneses foram me atropelar porque uma autoridade sempre está lá vindo, e a vida é uma só.

"Tempos depois ocupei uma terrinha na Fazenda do Cascalho, perto de Capão Ledoas Marquês. Gostei muito por 12 plantações. Hoje moro na cidade de Medianeira. Meus filhos trabalham como pedreiros, mas todos querem voltar e pagar na estrada. De vez em quando eles saem para trabalhar de boi-fria e ocupam um dia a outra a terra, mas para cultivar o que é nosso. Por isso é que nós estamos esperando pela reforma agrária. Agora vai ser preciso muita luta, pois os grandes não vão ceder tão fácil. Veja só, por exemplo, se o senhor estiver dominado numa cama de madeira".

O processo de ocupação de terras no Oeste do Paraná, teve início em 1970, através de posseiros que haviam sido expulsos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Milhares de outros migrantes preencheram as famílias foram crescendo e a terra não dava para todos. Vieram a ocupar as terras do Oeste e Sudoeste.

As grandes propriedades do região Oeste permaneceram co-

retas até que em 1970, tomam forma com a introdução de cultura de soja na região. Ela altera profundamente as características do Oeste. Muda a própria estrutura fundiária.

Segundo pesquisa do FETAEP, feita em 1978, havia no Paraná 500.970 hectares de soja. Calcula-se que hoje existem mais de 800 mil trabalhadores voluntários no Estado.



ARTESANATO TRÊS FRONTEIRAS

O ARTESANATO MAIS COMPLETO DO BRASIL

| | | |
|--------|------------|-----------|
| MADERA | VIDROS | VIME |
| MALHAS | COBRE | DOCES |
| COURO | BRINQUEDOS | CERÂMICA |
| PALHAS | VINHOS | CHOCOLATE |
| BRONZE | PERFUME | |

VENHA CONHECER A CASA MAIS COMPLETA DE CHOCOLATE CASEIRO DO PARANÁ, APROVEITE PARA LEVAR O PRESENTE DE NATAL.

Meio caminho da Aeroporto, no Km 14 da Rodovia das Cataratas



VÁ DE 1ª CLASSE

Além da segurança de sempre, a partir de agora você conta ainda com mais conforto em suas viagens. A Princesa dos Campos coloca à sua disposição os moderníssimos ônibus na rota Foz de Iguaçu e Ponta Grossa, Foz de Cascavel, Foz de Toledo, Mat. C. Rondon e Guaíba. For a Santa Helena e Foz a Pato Branco. Equipados com motor Scania, suspensão totalmente a ar, sistema de calefação e poltronas semi-leito. Os ônibus da Princesa dos Campos lhe proporcionam o máximo em conforto e segurança.

NA SUA PRÓXIMA VIAGEM VÁ DE 1ª CLASSE. VÁ DE PRINCESA DOS CAMPOS



Agricultores mantêm posição

Os produtores expropriados pela binacional Itaipu e que desde segunda-feira estão acampados diante do escritório da empresa em Santa Helena, ao contrário do que esperavam os intermediadores (depois de conseguirem que a binacional aceitasse seis das sete reivindicações apresentadas, postergando a definição do percentual de reajuste para ser decidida dia 25, na reunião ordinária da diretoria executiva da empresa), decidiram na assembléia de ontem permanecer acampados - enquanto não for definido o percentual do reajuste no preço das terras e não for aceito o período de 90 dias para novos reajustes. Além disto apresentaram outras cinco reivindicações, afirmando que uma nova será feita a cada dia que passar sem que as demais sejam atendidas.

Entre os novos pedidos apresentados ontem o principal é de que seja dispensado ao posseiro o mesmo tratamento dado ao proprietário: cem por cento de reajuste no preço da terra nua, mais benfeitorias e benefícios. O diretor geral da Secretaria da Agricultura, Eugênio Stefanello, que esteve em Santa Helena representando o governo do Estado - mediador entre Itaipu e os produtores - disse ontem: "A situação mudou novamente devido a discursos inflamados promovidos por deputados e por dois elementos da comissão".

Stefanello acentuou ser preocupação básica do governo "a condução da situação; à medida que uma reivindicação imposta não é atendida e os produtores não se desmobilizam, eles podem cansar porque estão acampados, numa situação incômoda. E podem ser facilmente conduzidos a praticar o que jamais fariam. Isto não traz vantagem nenhuma para ninguém. Pode surgir atritos e se tornar um clima difícil".

DEMOROU

Na assembléia de ontem os produtores decidiram apresentar cinco novas reivindicações: que o



Com Abi-Ackel as reivindicações dos agricultores à Itaipu.

prazo de conclusão das desapropriações seja até 30 de junho de 81, condicionando um reajuste de cinco por cento ao mês - além do reajuste trimestral - às áreas que forem desapropriadas após este prazo; que a empresa desaproprie o remanescente de áreas até cinco alqueires, caso elas não ofereçam condições de sobrevivência ao proprietário; que a Itaipu faça vigorar para o posseiro o reajuste de cem por cento na indenização da terra nua, mais benfeitorias e benefícios, além de, em conjunto com o Inera, destinar terras gratuitamente no Paraná para aqueles que já receberam indenizações pelas benfeitorias.

Os produtores acrescentaram ainda o pedido de indenização "por preço justo" a todos os pontos comerciais localizados na área a ser atingida pelo reservatório da usina de Itaipu, tais como os pontos de táxis e moinhos. Eles também querem que a empresa indenize as vilas situadas fora da área do reservatório, como São José do Ocoi e Porto Mendes, argumentando que elas terão seu crescimento prejudicado com o esvaziamento da região depois do alagamento. Os expropriados voltaram a pedir o reajuste a cada 90 dias e não os 120 propostos pela empresa.

O diretor geral da Secretaria da Agricultura comentou ontem que a binacional Itaipu, antes que eclodisse o movimento dos expro-

priados, "já tinha seis pessoas na área para fazer o levantamento necessário ao reajuste dos preços. Isto dito agora parece que é apenas defesa. É que o trabalho demorou". Segundo Stefanello, o governador Ney Braga mantém contato diário com o general José Costa Cavalcanti, presidente da Itaipu. "Devemos explicações aos produtores - disse Stefanello - e voltaremos lá quando tivermos conhecimento da posição de Itaipu quanto às novas reivindicações".

HOMENS DE POTÊNCIA

Mesmo acreditando na possibilidade de atritos mais sérios, Stefanello garantiu que não será aumentado o contingente de policiamento em Santa Helena, "porque os produtores são mais sérios do que os que estão chegando lá para falar por eles. Não há necessidade de reforçar o policiamento. Existem alguns PMs mas que estão apenas convivendo com a situação". O policiamento local foi aumentado por mais 30 homens da Polícia Militar deslocados de Cascavel.

Ontem, enquanto o assessor jurídico da binacional Itaipu, Paulo Cunha, viajava a São Paulo a fim de apresentar à diretoria da empresa as reivindicações dos produtores e o diretor geral da Seag retornava a Curitiba, ficando os expropriados sem ter com quem discutir. Eles se mantinham quase que no mesmo

numero de quando iniciaram o movimento. Stefanello diz que este número pode diminuir, sem contudo esvaziar a manifestação, com a permanência dos principais representantes. No local foi montado um serviço de alto-falante e os agricultores apresentam shows e discorrem sobre as suas dificuldades, que estão sendo agravadas e datilografadas para serem encaminhadas aos expropriantes. A este serviço de difusão foi dado o nome de "microfone da Rádio Justiça - oito mil homens de potência", em alusão ao número de produtores atingidos pela desapropriação.

Representante do governo estadual como mediador entre a empresa e os expropriados, Stefanello considerou ontem ser justo o percentual de aumento pedido para as indenizações. E apontou dois motivos: "o preço da terra efetivamente subiu em 80, em função das boas colheitas e da inflação, onde o dinheiro disponível é investido em terras para manter uma reserva de valor". Segundo uma pesquisa feita pela Seag, os preços da terra, dependendo da localização, declividade e afloramento de rochas, oscilam entre Crs 180 mil a Crs 250 mil o alqueire. Atualmente a binacional vinha pagando Crs 120 mil o alqueire e os produtores querem o reajuste na ordem de cem por cento.

Ainda ontem esteve em Santa Helena o deputado federal Nivaldo Kruger (MDB-PR), presidente da Comissão Permanente de Agricultura e Política Agrícola, recolhendo dados sobre as reivindicações dos expropriados para encaminhá-los à esfera federal. Kruger criticou a displicência política de até agora não ter sido constituída uma CPI de Itaipu, requerida por ele, denunciando fatos como as contas, gastos e empréstimos realizados pela empresa não passarem pelo crivo do Tribunal de Contas da União, o que, segundo o deputado, fere a soberania nacional.

Em Santa Helena, ameaças aos colonos fazem tônica de encontro neste sábado

Depoimentos de agricultores que relatarão problemas econômicos, pressões para a venda de terra e dificuldades financeiras provocadas pela ameaça de desapropriação serão a tônica das comemorações do Dia do Agricultor em Santa Helena, no dia de hoje.

Aguardando a resposta da Itaipu Binacional até as 10 horas de amanhã, os proprietários de terras em Santa Helena, Medianeira, São Miguel do Iguçu, Foz do Iguçu, Marechal Cândido Rondon e Guaíra farão durante todo o dia consagrado aos agricultores manifestações pedindo a justiça para suas reivindicações.

Ontem, o movimento teve a presença do bispo de Palmas, Dom Agostinho Sartori, do senador José Richa, do deputado federal Osvaldo Macedo e de vários deputados estaduais, que participaram de reunião na Câmara Municipal, fazendo declara-

ções sobre o problema e a gravidade que ele assume. Ao final do dia, a Comissão do Movimento Justiça e Terra do Oeste do Paraná lançou uma nota oficial, que tem o seguinte texto: "Os agricultores do Movimento Justiça e Terra do Oeste do Paraná, acampados desde o dia 14 de julho, diante do escritório local da Itaipu Binacional, vêm de público manifestar sua gratidão às muitas manifestações de apoio e solidariedade, recebidas de todo o povo brasileiro; através de órgãos de classe, autoridades, associações populares e entidades eclesásticas.

"Continuamos firmes na luta, pacificamente, até alcançarmos justiça nas desapropriações de nossas propriedades, sabendo que assim estaremos também contribuindo na luta de todo o povo brasileiro por uma sociedade mais igualitária e fraterna.

"Mesmo protestando contra a

demora, permaneceremos aguardando a resposta de Itaipu até o dia 26 próximo vindouro, às 10 horas, confiante de que os homens que manejam o dinheiro do povo atenderão as nossas exigências, asseguradas em lei.

Caso contrário estaremos decididos a tomar outras medidas de pressão até alcançarmos a justiça. Queremos o que é nosso, mas tudo o que é nosso".

Duas tendências existem entre os agricultores, caso a reivindicação de 100 por cento de aumento na terra não seja concedido pela Itaipu Binacional. Os colonos pensam em obstar as ações dos escritórios regionais da empresa dificultando a continuidade de seus serviços; ou, acamparem nas vias de acesso ao canteiro de obras da usina hidrelétrica em Foz do Iguçu. Nas duas posições, esclarecem os agricultores, serão tomadas

medidas pacíficas, sem qualquer tentativa de violência.

Para hoje está previsto culto ecumênico às 9 horas, seguido de demonstrações de protesto pelas comunidades representadas e para o período da tarde, o programa do Dia do Agricultor marca a realização de um tribunal popular, onde os colonos inscritos farão depoimentos de casos ocorridos.

O ambiente na cidade, que deverá ter hoje mais de cinco mil pessoas envolvidas no movimento de protesto, é calmo. A maioria dos colonos acredita que antes do prazo concedido para a resposta da Itaipu todos tomarão conhecimento da decisão, que esperam ser favorável. Na hipótese da empresa não concordar com as pretensões dos colonos, eles, em assembléia, votarão qual a medida a ser tomada para provocar uma solução satisfatória.

Colonos em Santa Helena decidem realizar marcha a Foz do Iguaçu

Às 9 horas, será a marcha de agricultores do Oeste com destino ao Foz do Iguaçu, onde se encontra a via de acesso para as obras da usina hidrelétrica de Itaipu. A decisão tomada pelos participantes na assembléia do dia 15, no Movimento Justiça e Paz, realizada em Santa Helena com a participação de dois mil colonos.

Com a contraproposta da Binacional, conseguiu um máximo de 10 por cento de majoração da terra nua, e os produtores decidiram realizar a marcha e esperam

obter o apoio de patrulheiros rodoviários para que o movimento seja efetivado sem qualquer problema.

A decisão foi tomada mesmo sem terem tido conhecimento oficial da resposta da Itaipu, com relação ao pedido de reajuste nos preços das desapropriações. Nenhum funcionário da empresa compareceu ontem a Santa Helena para dar a contraproposta da empresa, e os agricultores só ficaram sabendo dos índices oferecidos através do noticiário. Os critérios de avaliação das terras por Itaipu são complicados e baseiam-se numa enorme variação de fatores que es-

tabelecem desde a qualidade do solo até a quantidade e características das benfeitorias. De acordo com uma nota divulgada sexta-feira pela Binacional, o alqueire da "terra nua" que a empresa vinha pagando 140 mil cruzeiros, poderá ter um aumento para 160 a 200 mil cruzeiros.

Os cálculos da Itaipu não foram aceitos pelos proprietários das terras que serão inundadas pelo represamento do Rio Paraná.

Eles asseguram que com o dinheiro recebido não poderão comprar idêntica área na região. Alegam que

o sistema adotado pela empresa é inconcebível pois a classificação das terras é desnecessária, já que elas não serão usadas mais para a agricultura, pois serão encobertas pelas águas do futuro lago.

A marcha até Foz do Iguaçu só não será efetivada se houver um acordo hoje entre membros da comissão do Movimento Justiça e Terra e o presidente da Itaipu Binacional, General Costa Cavalcanti. Ontem, o Bispo de Foz do Iguaçu, Dom Olivio Fazza manteve contato com o dirigente da empresa binacional propondo um encontro entre as

duas partes. A reunião poderá colocar um ponto final nas negociações.

Hoje durante todo o dia, os colonos estarão reunidos em Santa Helena preparando-se para a marcha. Ontem à noite, muitos deixaram o acampamento na área urbana da cidade e rumaram para suas propriedades para prepararem-se para mais uns dias de acampamento e a viagem até Foz do Iguaçu. O ambiente em Santa Helena é de tranquilidade, segundo informações da Comissão Justiça e Paz de Curitiba que está acompanhando o movimento reivindicatório naquela cidade.

Os desapropriados querem novos acordos com Itaipu

Da sucursal de
CURITIBA

Mais de três mil agricultores desapropriados pela Itaipu Binacional estão aguardando a presença do general Costa Cavalcanti, na concentração que realizarão amanhã em praça pública, na cidade de Santa Helena, Oeste do Paraná. O encontro será realizado como manifestação de apoio ao documento elaborado pela Federação dos Trabalhadores, Justiça e Paz e Pastoral da Terra, sobre as condições em que deveriam estar sendo realizados os acordos entre os lavradores e a Itaipu, divulgado no mês passado.

O convite ao general Costa Cavalcanti foi feito pela Fe-taep — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná —, que, juntamente com as outras duas comissões, já distribuiu cinco mil cópias do documento na região Oeste do Paraná. O presidente da Binacional respondeu em ofício, acusando o recebimento das reivindicações, mas omitindo qualquer manifestação sobre sua presença ou não, em Santa Helena.

O total de desapropriações exigidas por Itaipu chega a oito mil propriedades, desalojando 40 mil famílias que, de acordo com o documento elaborado em assembléia, na cidade de Marechal Cândido Rondon, no mês passado, exigem a implantação de programas de reforma agrária, em latifúndios por exploração e extensão, existentes no Paraná, a fim de que seja promovido o reassentamento dos proprietários, parceiros, arrenda-

tários e assalariados atingidos pela barragem de Itaipu.

Em uma série de considerandos, o documento lembra que devido à existência de divergências de critérios adotados na avaliação da terra nua e de benfeitorias, bem como nos valores dos preços estipulados por Itaipu, os agricultores "não devem vender suas terras antes da assinatura do decreto governamental de desapropriação, e que diante de qualquer proposta de Itaipu, devem buscar orientação junto à sua entidade de classe".

As recomendações foram formuladas pela comissão técnica de avaliação, integrada por membros da Comissão de Justiça e Paz, que se encarregará da mediação entre a Itaipu Binacional e os agricultores atingidos.

Essa comissão — com a qual a Itaipu, através do diretor jurídico adjunto, Paulo Cunha, já advertiu que não negociará —, estabeleceu que, devido ao fato de as terras do Oeste paranaense estarem entre as mais férteis do Paraná, e, pelo mercado imobiliário estarem avaliadas em torno de Cr\$ 120 a Cr\$ 150 mil o alqueire, os agricultores desapropriados precisam ser indenizados na base mínima de Cr\$ 100 mil o alqueire, reajustados de acordo com as Obrigações do Tesouro Nacional.

O fato mais grave, segundo o documento dos agricultores, é o de que Itaipu está pagando apenas 50% do valor da terra nua aos agricultores que ainda não possuem o respectivo título. Fato agravado pela presença de 1800 propriedades ocupadas por posseiros.

*Posta
Santa Helena*

28

Desapropriados de Itaipu querem cercar Santa Helena

FOZ DO IGUAÇU
(Da sucursal de Cascavel)

Um culto ecumênico marcará a Páscoa dos seiscentos colonos expropriados, que permanecem acampados na BR-277, nesta cidade, à espera do atendimento às suas reivindicações pela empresa binacional que constrói a usina de Itaipu.

Hoje eles completam 34 dias de acampamento, sem que tenha havido qualquer progresso nas conversações com a empresa, que permanece decidida a observar seus próprios critérios na condução dos processos expropriatórios. Consequência desse posicionamento, os colonos devem nos primeiros dias desta semana, cercar os escritórios da Binacional na cidade de Santa Helena, por onde trafega o grosso das desapropriações.

Marcelo Barth, um dos integrantes do Movimento Justiça e Terra que orienta as manifestações, disse ontem: "Ainda aguardamos a confirmação do sentido da Páscoa, que é exatamente libertação, o que a nós falta neste momento".

Por isso, ele acredita que a Páscoa não terá pleno sentido, no acampamento dos expropriados.

Depois de 34 dias acampados em Foz do Iguaçu, sem resposta às suas reivindicações, os expropriados de Itaipu querem agora, cercar os escritórios da Binacional em Santa Helena

AÇÃO JUDICIAL

Aos poucos vai se formando um consenso entre os colonos, de que se a Binacional decidir-se a entregar à Justiça os processos desapropriatórios, haverá certas vantagens para os acionados.

O raciocínio é explicado pelo próprio Barth: para ingressar na Justiça, Itaipu terá que fazer o depósito dos valores referentes às indenizações; quem aceitar os valores que a empresa paga, receberá de imediato o dinheiro que lhe foi destinado; quem não aceitar, poderá levantar 80 por cento e aguardar o desfecho do processo.

"Ora, com os 80 por cento poderemos comprar um pedacinho de terra, mesmo que pequeno e aguardaremos que as coisas clareiem", complementa Marcelo Barth. Ele lembra ainda que não haveria condições práticas para que

Itaipu ingressasse na Justiça este ano maciçamente, "porque eles mesmos confessaram que não têm condições orçamentárias para executar mais do que 150 a 200 colonos por mês, até o fim do ano".

Isto confirmado, as ameaças da Binacional, de ir à Justiça contra quem não aceitar suas propostas, só devem se confirmar no próximo ano, quando estiver vencendo o prazo para que os 101 mil hectares de terras a serem alagados sejam desocupados.

SANTA HELENA

Estaria havendo o solapamento do movimento por parte de alguns colonos que não aderiram, segundo deu a entender outro expropriado, Orestes Gasperini. É que eles teriam aceitado os acordos propostos pela empresa, com os preços na base de 360 mil cruzeiros por alqueire.

Outros, porém, agora estariam renegando acordos firmados e se mostrariam propensos a não aceitarem o pagamento, tentando com isto aumentar a pressão sobre a Binacional, inclusive na tentativa de verem aumentados os valores de suas próprias indenizações.

Marcelo Barth diz não ver qualquer radicalização nas posições dos colonos, ao planejarem novos rumos para o movimento, como invadirem os escritórios de Itaipu em Foz — a despeito da tropa formada na entrada do Centro Executivo. "Quem radicalizou tudo foi Itaipu, que não aceitou diálogo e quer pagar o que bem entender" — afirmou.

Ele enfatiza que inicialmente os expropriados pediam indenizações à base de 500/600 mil cruzeiros o alqueire, mas depois, com o levantamento feito pelo ITC, que mostrou preços médios de 491 mil cruzeiros, eles aceitaram

estas bases. "Itaipu, porém, não aceitou, e isto é radicalismo, não a nossa posição", complementou Barth.

O próximo passo do Movimento Justiça e Terra deve ser o cerco aos escritórios de Itaipu em Santa Helena, município distante 100 quilômetros de Foz do Iguaçu e um dos mais atingidos pelas desapropriações.

Foi lá que, no ano passado, em junho, os colonos acamparam durante 16 dias, e, ao final, conseguiram o atendimento a muitas de suas reivindicações. Agora eles pretendem repetir o feito, porque sabem que por ali é executado grande número de processos. Impedindo o trabalho, eles tentarão forçar uma definição da Binacional, uma vez que em Foz do Iguaçu nada conseguiram.

O acampamento às margens da BR-277 continuaria, segundo os planos. Marcelo Barth não confirmou, mas é possível que já nesta segunda-feira comece a mobilização do contingente de expropriados que não está acampado, no sentido de se deslocarem para Santa Helena.



Assunto: Japeta do Povo
P. Santa Helena
Data 29/07/80 Estado P.

Em Itaipu, situação ainda indefinida

A situação em Santa Helena permanecia ontem, ao final da tarde, em clima de espera. Representantes do movimento Justiça e Terra reuniram-se novamente com diretores da Itaipu Binacional, no centro executivo da empresa em Foz do Iguaçu, para acertar mais alguns detalhes exigidos pelos agricultores, como a definição por escrito pela Itaipu quanto aos preços, a explicação dos critérios adotados na divisão dos tipos de terra e a fixação de fundo de comércio para indenizar benfeitorias que sirvam de local para atividades comerciais há mais de três anos.

O encontro de ontem deveria dar continuidade as conversações mantidas no último domingo e que definiu estes itens: pagamento dos acertos (será efetuado 15 dias após a assinatura do acordo); dilatação no prazo para a colheita da soja plantada em 1981 até março/abril de 1982; reativação e agilização de bolsa agrária para que seja procedido o reassentamento dos colonos aqui mesmo no Paraná; comprometimento do Inbra em titular até outubro/novembro do

corrente ano as propriedades do imóvel Rio Paraná (Santa Helena, Sol de Maio e São Miguel do Iguaçu e Medianeira); as estradas existentes dentro das propriedades serão indenizadas como terra; os acordos já firmados e com escrituras marcadas para o dia 28 de julho só serão mantidos, ou seja, as escrituras só serão lavradas a pedido do expropriado interessado; a parte remanescente das propriedades desapropriadas continuará a ser indenizada pela Itaipu até três hectares - casos especiais de remanescentes superiores a essa área, serão examinados isoladamente.

O acordo efetiva na reunião de domingo, que teve a presença do bispo de Foz do Iguaçu, dom Olivio Fazza, dos diretores da Itaipu Binacional, general José Costa Cavalcanti e Paulo José Nogueira da Cunha, e os representantes dos agricultores, prevê ainda que as benfeitorias terão seus preços reajustados pelos índices da construção civil da Região Sul e que as chácaras possuem uma tabela especial,

também reajustável, entendendo-se como chacara as situações dentro do perímetro urbano de Santa Helena. Com relação aos preços das terras (sem benfeitorias) houve um acordo onde foram distinguidas quatro classes subdivididas em ótima e boa. A este respeito, o deputado Nelson Friedrichs que está acompanhando a evolução das negociações observa que "ou a terra é boa ou não presta. Não dá para entender qual o critério de avaliação que será adotado pela empresa para proceder o enquadramento da terra na hora da desapropriação".

É com relação a esta dúvida que os agricultores tentaram ontem novo acordo com os representantes da Itaipu Binacional. A tabela coloca na Classe I em situação ótima - mecanizada o valor de 200 mil cruzeiros para o alqueire de terra nua e 195 mil na categoria de situação boa; na Classe II, a situação ótima está cotada em 175 mil e a situação boa, 170 mil cruzeiros; na Classe III, a situação ótima está

cotada em 140 mil e a situação boa em 135 mil cruzeiros, e, finalmente, a Classe IV tem o preço único de 60 mil cruzeiros para as áreas de encosta de rio onde não há mecanização. Os colonos desejam saber como será procedida a avaliação e temem que, face a dúvida, fiquem todos em uma categoria de menor preço indenizatório.

Ontem a tarde, mais de 1.500 agricultores permaneciam acampados em Santa Helena esperando a autorização para o início da marcha em direção a Foz do Iguaçu, um percurso de 110 quilômetros. A marcha, que deveria ser iniciada ontem às 9 horas, foi suspensa devido aos primeiros acordos realizados na reunião de domingo em Foz do Iguaçu. Todavia, a possibilidade de efetivação do propósito dos agricultores em acampar na via de acesso ao canteiro de obras da usina de Itaipu não está descartada e poderá ocorrer nas próximas horas. Tudo dependerá do entendimento ou não das partes envolvidas no processo de conciliação.

P. Santa Helena
10/10/80 Estado PR

Agricultores de Santa Helena poderão marchar até Curitiba

Integrantes do Movimento Justica e Terra, de Santa Helena, estiveram reunidos ontem, a noite, no salão da Igreja evangélica daquela cidade, para decidir sobre a realização de uma marcha até Curitiba onde reivindicarão ao Governador Ney Braga o reassentamento em terras da região amazônica. Sobredito na Bahia e na região amazônica, os agricultores desejam permanecer no Paraná. Para tanto estão fazendo sondagens de áreas Surgem como perspectivas a região de Arapoti de Toledo, Cçu Azul, Medianeira e, até mesmo, terras remanescentes do ablagamento do Itaipu.

Pela proposta do Movimento Justica e Terra, representantes de cada comunidade ou "lota", dos municípios que são atingidos pelas águas do Rio Paraná deverão vir a Curitiba nos próximos dias, em uma caravana com mais de cinco ônibus. Eles tentam junto ao governador Ney Braga a consecução de seu plano de permanecer no Paraná. Além do reassentamento em áreas próximas às chicanas — imóvel de até três alqueires — estão exigindo um terreno de até três alqueires.

Durante reunião realizada no último dia 4 em Santa Helena os colonos analisaram a proposta da Itaipu, que estabelece três tipos de chacaras, com três subdivisões, onde são considerados aspectos como: produtividade, área, mecanização da rede do município, produtividade etc. Itaipu, o mínimo de 250 mil por alqueire e o máximo de 500 mil por alqueire. Os colonos, 500 mil cruzados de terra nua. Os exigências, com o aval do Movimento Justica e Terra, desejam que a Itaipu adote uma tabela com apenas três espécies: o tipo A com valores de \$50 a 400 mil o tipo B de \$30 a \$50 mil cruzados e o tipo C, de \$20 seja reduzida para 300 mil cruzados o alqueire.

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REPRODUÇÃO

então vinham se realizando
prejuízo do próprio agricultor

11